

Balanço da migração do e para as metrópoles do Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador)

Silvana Nunes de Queiroz¹

Ricardo Ojima²

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar e comparar a migração interestadual do e para os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região Metropolitana do Recife (RMR) e Região Metropolitana de Salvador (RMS), e saber se as causas e os motivos da perda, rotatividade ou retenção/atração migratória, em pleno século XXI, ainda se relacionam com questões de ordem econômica e dinâmica do mercado de trabalho. Os microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 são a principal fonte de informações. Os resultados mostram mais 'gaps' do que semelhanças entre as RMs e entre os seus municípios. As metrópoles (RMR e RMS) e núcleos metropolitanos (Recife e Salvador) com os melhores indicadores socioeconômicos, figuram com as maiores taxas de desemprego, e apresentam os maiores saldos migratórios negativos, sendo áreas de perda populacional. Por sua vez, a metrópole (RMF) e capital/núcleo (Fortaleza) com rendimento menos expressivo, possui a menor taxa de desemprego, são áreas de retenção populacional (1995/2000) e áreas de rotatividade migratória (2005/2010). Portanto, no século XXI, não há uma relação direta entre crescimento econômico, renda e atração de migrantes, mas permanece há relação atração migratória-emprego. Nesse sentido, as migrações estão mais complexas de serem estudadas, necessitando de outros elementos que justificam a retenção, rotatividade ou perda migratória nas RMs em estudo, sendo necessárias outras teorias para explicar tal dinâmica.

Palavras-chave: Migração, Balanço, RMF, RMR, RMS

Balance of migrations to and from Northeastern metropolis (Fortaleza, Recife and Salvador)

Abstract

The objective of this study is to analyze and compare the interstate migration to and from the municipalities of the Metropolitan Region of Fortaleza (RMF), Metropolitan Region of Recife (RMR) and Metropolitan Region of Salvador (RMS), and to determine if the causes and motives of loss, turnover or retention/migratory attraction, in the 21st century, are still related to issues of economic order and labor market dynamics. The microdata of the Demographic Censuses 2000 and 2010 are the main source of information. The results show more 'gaps' than similarities between RMs and their municipalities. The metropolises (RMR and RMS) and metropolitan centers (Recife and Salvador) with the best socioeconomic indicators, have the highest unemployment rates, and present the greatest negative migratory balances, being areas of population loss. On the other hand, the metropolis (RMF) and capital / nucleus (Fortaleza) with less expressive income, have the lowest unemployment rate, are areas of population retention (1995/2000) and areas of migratory turnover (2005/2010). Therefore, in the twenty-first century, there is no direct relationship between economic growth, income and attraction of migrants, but there remains a migration-employment

¹ Profa. Dra. do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA); e-mail silvana.queirozce@yahoo.com.br

² Prof. Dr. no Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; e-mail ricardo.ojima@gmail.com

attraction relationship. In this sense, migrations are more complex to study, necessitating other elements that justify retention, turnover or migration loss in the RMs under study, and other theories are necessary to explain such dynamics.

Keywords: Migration, Balance, NMR, RMR, RMS.

Submetido em 17.12.2018 ; aprovado em 11.05.2019

1. Introdução

Até os anos 1950 fatores climáticos como a seca eram apontados pelas autoridades governamentais como a principal problemática do Nordeste do Brasil, vista como uma região caracterizada como abastecedora de mão de obra para as áreas mais desenvolvidas nacionalmente. Esta retórica “justificou” o atraso socioeconômico e demográfico em relação às demais regiões do país durante décadas. Contudo, paulatinamente, esta concepção começou a se modificar a partir de uma abordagem que percebia os desequilíbrios regionais intensificados pela industrialização e urbanização, como parte importante da problemática regional (MOREIRA, 1987) e, portanto, passa também a explicar as causas e os motivos da expulsão da população nordestina e mesmo a mineira (SINGER, 1975; BRITO, 1999).

A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no final dos anos 1950 e de órgãos estaduais de planejamento na década de 1960 foi associada a incentivos fiscais, investimentos de empresas estatais, créditos públicos (BNDES e BNB) e recursos de empresas locais, nacionais e internacionais. Assim, a produção industrial e agropecuária do Nordeste cresceu, ainda de maneira discreta, e mantendo o relativo atraso em relação ao Sul e Sudeste (QUEIROZ, 2013). Diante desse cenário, as migrações de longa distância se intensificaram (CUNHA; BAEININGER, 2005).

Somente com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e políticas de incentivos fiscais alguns estados do Nordeste crescem nos anos 1970. Um dos objetivos da estratégia desenvolvimentista do II PND era atenuar as desigualdades regionais por meio da desconcentração da indústria do eixo Sul-Sudeste em direção a periferia nacional (Norte e Nordeste) e formar mercados regionais em áreas menos desenvolvidas (AZONI, 1986).

Paralelamente, a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região Metropolitana do Recife (RMR) e Região Metropolitana de Salvador (RMS) foram instituídas pela lei complementar nº 14 de 1973. Tais regiões metropolitanas desde a sua criação já se destacavam como as principais do Nordeste brasileiro (BITOUN et al., 2006; MORELL; BRANDÃO; SABINO, 2012; TSUKUMO et al., 2013) devido ao elevado contingente populacional e sua importância econômica na região.

Nesse contexto, com a política desenvolvimentista do II PND, a RMF recebeu investimentos no polo têxtil-confecções e no ramo calçadista e alimentício, especialmente no município de Maracanaú. A RMR obteve inversão pouco relevante quando comparada as

demais metrópoles e estados do Nordeste, porque uma das intenções do II PND era desconcentrar intra-regionalmente, e o estado de Pernambuco, onde situa-se a RMR, já era o mais próspero do Nordeste. Nesse sentido, a RMS foi a mais beneficiada com a instalação do polo petroquímico e industrial em Camaçari (LIMA; SICSÚ; PADILHA, 2007). Ademais, concomitante com a industrialização, essas metrópoles seguiram a tendência nacional (destacadamente nas regiões metropolitanas de São Paulo – RMSP - e do Rio de Janeiro - RMRJ) e se urbanizam rapidamente, inicialmente nas capitais/núcleo metropolitano que concentram atividades político-administrativas, industriais e de serviços (ARAUJO; CARLEIAL, 2001). Por outro lado, o conjunto de municípios não integrantes das regiões metropolitanas ainda permaneciam com alta proporção de residentes em áreas rurais e assim permanece até recentemente, quando os dados do Censo Demográfico 2010 indicavam cerca de 30% da população vivendo em áreas rurais (OJIMA, 2013).

Diante desse quadro, destaca-se que a literatura clássica e neoclássica das migrações (RAVENSTEIN, 1980; SJAASTAD, 1980) e/ou teorias econômicas, em geral, convergem para o fato de que as migrações estão associadas às desigualdades regionais e ao motivo econômico: emprego e renda. Brito (2009) relata os desafios teóricos no entendimento das migrações internas a partir da década de 1980. Para o autor as teorias econômicas e sociológicas que serviram para explicar o padrão migratório nacional, após os anos 1980 carecem incorporar a dimensão política como um novo paradigma para a compreensão dos movimentos migratórios recentes.

Para Baeninger (2011), a partir do final do século XX e primeira década do século XXI as migrações internas estão mais complexas, com comportamento distinto do observado em décadas passadas. O entendimento das tendências recentes suscita um novo olhar “sem abandonar a importância das transformações econômicas e suas relações com a dinâmica migratória e regional, consideram abordagens que possam ser complementares e mais voltadas para a sociologia contemporânea” (BAENINGER, 2005, p. 1). Diante desse contexto, pretende-se entender melhor se em anos recentes as questões de ordem econômica e a dinâmica do mercado de trabalho, precisamente a taxa de desemprego/ocupação podem ainda ser considerados como os principais determinantes da perda, rotatividade ou retenção/atração migratória nos municípios da RMF, RMR e RMS.

Conforme Fusco e Ojima (2014, p.24) [...] pode-se dizer que mais recentemente há uma maior heterogeneidade de contextos migratórios ocorrendo na Região Nordeste [...]. Assim, o objetivo desse trabalho é analisar e comparar a migração interestadual do e para os municípios da RMF, RMR e RMS durante os quinquênios de 1995/2000 e 2005/2010. Os microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 são as principais fontes de informações. É preciso destacar que o foco principal do estudo é comparar as migrações entre os

municípios de cada RM, bem como entre as três RMs, já que pesquisas sobre o fluxo metrópole-interior e intraestadual, ou melhor, entre os municípios dos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia já foram abordados por diversos autores (DA MATA et al., 2007; FUSCO, OJIMA, 2016; PEREIRA, QUEIROZ, 2017).

A pesquisa está estruturada em cinco seções incluindo esta introdução. A segunda seção descreve a localização geográfica da área de estudo, definições adotadas, fontes de dados e metodologia para o alcance dos objetivos propostos. A terceira destaca os aspectos demográficos, do mercado de trabalho (desemprego) e econômicos dos municípios que integram a RMF, RMR e RMS. A quarta analisa e compara as migrações interestaduais do e para as metrópoles regionais do Nordeste e faz o balanço migratório entre as mesmas. A quinta seção traz as principais conclusões do estudo.

2. Recorte geográfico e fonte de dados

As três maiores metrópoles do Nordeste brasileiro: RMF, RMR e RMS, criadas oficialmente em 1973, são a área de estudo desse trabalho.

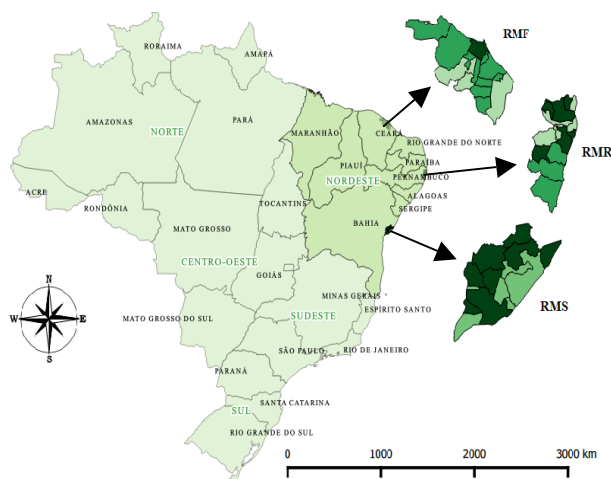


Figura 1: Localização da RMF, RMR e RMS no Brasil

Fonte: Malha Municipal Digital do Brasil (IBGE, 2010).

Os microdados dos censos demográficos 2000 e 2010 levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são as principais fontes de informações. Para mensurar a migração interestadual do e para os municípios das metrópoles em apreço, fez-se uso do quesito data fixa, que pergunta sobre o local de residência anterior há exatamente cinco anos antes do levantamento censitário.

2.1 Definições adotadas no estudo

As principais definições adotadas no estudo são as seguintes:

Núcleo metropolitano ou capital – município de Fortaleza, Recife e Salvador.

Entorno metropolitano – municípios que fazem parte da RMF, exclusive Fortaleza; municípios da RMR, exclusive Recife; municípios da RMS, exclusive Salvador.

Imigrante – indivíduo com cinco anos ou mais de idade que, na data de referência do Censo Demográfico, residia em algum município da RM em estudo, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outro estado do Brasil.

Emigrante – indivíduo com cinco anos ou mais de idade que, na data de referência do Censo Demográfico, residia em outro estado, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em algum município da RM em estudo.

Saldo migratório – diferença entre o total de imigrante e de emigrante.

2.2 Matriz Migratória

A matriz migratória interestadual do e para as RMs do Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador) pode ser sintetizada da seguinte forma:

$$A = \begin{bmatrix} a_{11} & \dots & a_{1j} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ a_{j1} & \dots & a_{jj} \end{bmatrix} \quad (1)$$

A_{ij} = saída dos migrantes do estado i para os municípios da região metropolitana j ;

$$\sum_{j=1}^n a_{1j} = \text{total de pessoas que emigram (saída) dos municípios da região metropolitana } i \text{ para os } j \text{ estados do Brasil.}$$

$$\sum_{i=1}^n a_{i1} = \text{total de pessoas que imigram (entrada) dos } j \text{ estados do Brasil para os municípios da região metropolitana } i.$$

$$a_{11} = a_{22} = a_{33} = \dots = a_{jj} = 0$$

Com os resultados dessa matriz é possível obter o volume de imigrantes, emigrantes, o saldo migratório e o Índice de Eficácia Migratória (IEM), que aferi a capacidade de evasão, atração ou rotatividade migratória dos municípios que integram as regiões metropolitanas em estudo, a partir do movimento total de entrada e de saída de pessoas, minimizando os efeitos do volume da imigração e da emigração (BAENINGER, 1999; IBGE, 2011).

Entretanto, diante de um quadro migratório diferente do observado no período 1940-1980, caracterizado pela intensa migração rural-urbana e pelos fluxos de longa distância, a

partir da década de 1980, a literatura aponta para mudanças na dinâmica migratória interna brasileira, com a diversificação da origem e dos destinos migratórios, intensificação dos movimentos migratórios de média distância (dentro das grandes regiões), curta distância (dentro dos estados), fluxos urbano-urbano, deslocamentos pendulares e sazonais, retorno e refluxos (PACHECO, PATARRA, 1997; MATOS, 2002).

A partir dessa realidade, Baeninger (2012, p.12) reclassificou alguns conceitos usados em décadas passadas por considerá-los datados, substituídos os seguintes: a) áreas de evasão por áreas de perdas migratórias; b) áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória; c) áreas de origem e destino por áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória. Assim, a referida autora propõe uma nova classificação para o cálculo do IEM, que varia entre -1 a +1. Portanto, as RMs são ditas ganhadoras e perdedoras de população de acordo com a seguinte classificação:

- i) -1,00 a -0,13: área de perda migratória;
- ii) -0,12 a 0,12: área de rotatividade migratória;
- iii) 0,13 a 1,00: área de retenção migratória.

Tal índice é calculado através do quociente entre o Saldo Migratório (I-E) e a Migração Bruta (I+E), sendo obtido assim.

$$IEM = \left[\frac{I-E}{I+E} \right] \quad (2)$$

A migração bruta é outro indicador adotado, sendo mensurado pela soma entre imigrante e emigrante, detectando o volume de pessoas que circulam (entrada e saída) em uma área geográfica, sendo importante para mensurar a intensidade do fluxo ou contingente migratório em determinada região, estado, município etc.

$$MB = (I + E) \quad (3)$$

3. Metrôpoles regionais do Nordeste

Antes de iniciarmos a análise do balanço das migrações interestaduais do e para as metrôpoles regionais do Nordeste, será demonstrado e comparado as características demográficas (Tabela 1), do mercado de trabalho (Tabela 2) e econômicas (Tabela 3) dos municípios que integram essas metrôpoles, com o intuito de se aproximar e entender melhor a área em estudo.

3.1 Aspectos demográficos

Quanto às metrópoles regionais do Nordeste, na Figura 2 e Tabela 1 constata-se diferenças marcantes entre as mesmas em diversos aspectos. Em 2010 a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) têm mais municípios (quinze), a Região Metropolitana do Recife (RMR) conta com o segundo número (quatorze) e a Região Metropolitana de Salvador (RMS) possui menos (treze).

A RMR se sobressai por ser a mais populosa, mas possui menor extensão territorial (2.770,5 km²) e o núcleo metropolitano (capital Recife) também é o menos habitado, ao concentrar 41,67% da população dessa metrópole. Portanto, constata-se maior dispersão populacional entre Recife e o seu entorno, possivelmente por possuir a menor área entre as capitais (218,4 km²). Nesse contexto, Recife divide algumas funções com os municípios ao seu redor, notadamente no que diz respeito à moradia/habitação, dado que concentra atividades econômicas e maiores oportunidades de trabalho e estudo (SILVA; QUEIROZ, 2017a).

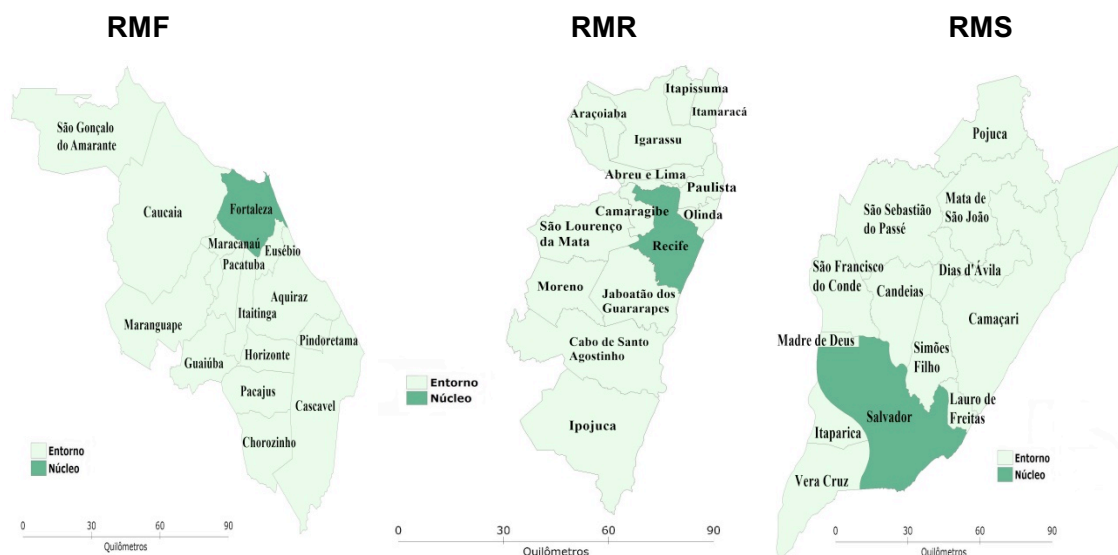


Figura 2: Localização dos municípios que compõem a RMF, RMR e RMS

Fonte: Malha Municipal Digital do Brasil (IBGE, 2010).

Por outro lado, apesar da RMS ser a menos populosa, Salvador é a capital com mais habitantes (2.675.656) e maior extensão (692,8 km²), sendo três vezes maior do que Recife e quase o dobro de Fortaleza. A capital baiana concentra atividade econômica, postos de trabalho e melhores oportunidades de estudo. Nesse sentido, Salvador polariza a população da RM (74,87%) e, com isso, apresenta menos relações com os municípios no seu entorno, sendo exceção Camaçari (possui o polo petroquímico e industrial) e Lauro de Freitas, com presença marcante de investimentos em habitação (SILVA; QUEIROZ, 2017b).

Por sua vez, a RMF é a segunda mais habitada e o núcleo metropolitano Fortaleza também figura nessa posição, ao concentrar um pouco mais de dois terços (67,82%) de toda população dessa metrópole. Assim, somente dois municípios do seu entorno se destacam em população: Caucaia e Maracanaú. Além da localização próxima a Fortaleza, contam com investimentos importantes como o Complexo Industrial e Portuário do Pécém (Caucaia) e o primeiro e maior distrito industrial do Ceará (Maracanaú) (GONÇALVES, 2011; MORAIS; MACEDO; LIMA JÚNIOR, 2014).

Essas diferenças principalmente relacionadas à extensão territorial e ao número de habitantes nos municípios do entorno metropolitano e nos núcleos metropolitanos/capitais, já que a população das três RMs têm volume próximo, refletem na localização da atividade econômica, oportunidades de trabalho, saúde, educação e lazer, com impactos na distribuição espacial da população, mobilidade urbana, mobilidade pendular e atratividade migratória dos municípios que fazem parte de cada metrópole, conforme será discutido na seção dedicada a dinâmica migratória.

Tabela 1 – Área, população total e densidade demográfica – RMF, RMR e RMS – 2010

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e IPECE.

RMF				RMR				RMS			
Município	Área (km ²)	Pop.	Den sid. Dem	Município	Área (km ²)	Pop.	Densi d. Demog.	Município	Área (km ²)	Pop.	Den sid. Demog.
Aquiraz	481,6	72.628	151	Abreu e Lima	126,2	94.429	748	Camaçari	784,7	242.970	310
Cascavel	835	66.142	79	Araçoiaba	96,4	18.156	188	Candeias	251,6	83.158	330
Caucaia	1.228,5	325.441	265	Cabo de S. Agost.	448,7	185.025	412	Dias D'Ávila	184,2	66.440	361
Chorozinho	278,4	18.915	68	Camargibe	51,3	144.466	2.818	Itaparica	118	20.725	176
Eusébio	79	46.033	583	Igarassu	305,6	102.021	334	Lauro de Freitas	57,7	163.449	2.835
Fortaleza	314,9	2.452.185	7.786	Ilha de Itamaracá	66,7	21.884	328	Madre de Deus	32,2	17.376	540
Guaiúba	267,1	24.091	90	Ipojuca	527,1	80.637	153	Mata de S. João	632,3	40.183	64
Horizonte	160,8	55.187	343	Itapissuma	74,2	23.769	320	Pojuca	292,8	33.066	113
Itaitinga	151,6	35.817	236	Jab. dos Guarar.	258,7	644.620	2.492	Salvador	692,8	2.675.656	3.862
Maracanaú	106,7	209.057	1.960	Moreno	196,1	56.696	289	São F.do Cond	269,6	33.183	123
Maranguape	590,9	113.561	192	Olinda	41,7	377.779	9.064	São Seb. do Passé	536,6	42.153	79
Pacajus	254,6	61.838	243	Paulista	97,3	300.466	3.088	Simões Filho	201,6	118.047	586
Pacatuba	132	72.299	548	Recife	218,4	1.537.704	7.039	Vera Cruz	299,7	37.567	125
Pindoretama	75,1	18.683	249	São L. da Mata	262,1	102.895	393				
São G. do Amar.	834,5	43.890	53								
Total RMF	5.790,7	3.615.767	624	Total RMR	2.770,5	3.690.547	1.332	Total RMS	4.353,8	3.573.973	821

3.2 Aspectos do mercado de trabalho: o desemprego em tela

No tocante a dinâmica do mercado de trabalho, que se caracteriza como um dos principais motivos das migrações humanas, constata-se expressiva diferenças entre as RMs e os seus municípios, no tocante ao desemprego ou a capacidade de empregar a sua população.

De acordo com as informações na Tabela 2, em 2010, a RMS apresenta a maior taxa de desemprego (16,9%), seguido da RMR (15,6%), enquanto a RMF encontra-se em posição relativamente melhor (8,71%), com metade do desemprego vivenciado pelas metrópoles em estudo.

Tabela 2 – Taxa de desocupação para aqueles com 18 anos ou mais de idade – RMF, RMR e RMS – 2010

RMF		RMR		RMS	
Município	Taxa de desocupação	Município	Taxa de desocupação	Município	Taxa de desocupação
Aquiraz	7,5	Abreu e Lima	17,7	Camaçari	7,3
Cascavel	8,7	Araçoiaba	23,3	Candeias	14,7
Caucaia	8,5	Cabo de S. Agost.	16,5	Dias D'Ávila	18,1
Chorozinho	7,1	Camaraçibe	14,7	Itaparica	18,8
Eusébio	7,5	Igarassu	16,8	Lauro de Freitas	17,1
Fortaleza	7,5	Ilha de Itamaracá	14,3	Madre de Deus	10,6
Guaiúba	8,7	Ipojuca	14,4	Mata de S. João	24,6
Horizonte	9,1	Itapissuma	12,5	Pojuca	14,4
Itaitinga	11,2	Jab. dos Guarar.	13,3	Salvador	20,7
Maracanaú	10,4	Moreno	18,5	São F.do Cond	12,6
Maranguape	8,2	Olinda	13,0	São Seb. do Passé	25,3
Pacajus	9,7	Paulista	14,3	Simões Filho	17,4
Pacatuba	12,5	Recife	12,1	Vera Cruz	17,6
Pindoretama	5,9	São L. da Mata	16,7		
São G. Amar.	8,3				
Total RMF	8,71	Total RMR	15,6	Total RMS	16,9

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2010 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Em termos municipais, na RMF, Pacatuba (12,5%), Itaitinga (11,2%) e Maracanaú (10,4%) apresentam as maiores taxa de desocupação, que superam a casa de um dígito, enquanto os demais municípios (doze) possuem desemprego inferior a um dígito, com destaque para Pindoretama (5,9%) e Chorozinho (7,1%), que apresentam as menores taxas.

Com situação oposta, na RMR nenhum município tem taxa de desemprego inferior a um dígito, sendo os expoentes da desocupação: Araçoiaba (23,3%), Moreno (18,5%) e Abreu e Lima (17,7%), ao passo que Recife (12,1%) apresenta a menor

taxa, mas ainda muito alta. Por sua vez, na RMS, três municípios apresentam taxa de desemprego superior a 20%: São Sebastião do Passé (25,3%), Mata de São João (24,6%) e a capital Salvador (20,7%), sendo que Camaçari é o único município com desemprego na casa de um dígito (7,3%).

Diante desses resultados, em termos de desocupação, em 2010, o desemprego encontra-se alto nas RMs em estudo, estando em uma situação, em certa medida, menos preocupante, na RMF e na maioria dos seus municípios. Nesse sentido, será investigado na seção 4, dedicada a análise dos fluxos migratórios interestaduais, se a clássica relação migração-emprego permanece. Ou melhor, se a metrópole e os municípios que detêm as menores taxas de desemprego (RMF) são as mais atrativas de migrantes e, por outro lado, se a RMS e a RMR e os seus municípios, que figuram com o maior percentual de desempregados, são menos atrativas de migrantes de longa distância (interestadual).

3.3 Aspectos econômicos

Quanto às características econômicas, precisamente no que diz respeito à renda, a RMF está em pior situação ao apresentar os indicadores mais baixos, entretanto, figura com o menor percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos (37,93%). A metrópole pernambucana (RMR) situa-se em segundo posto em todas as características analisadas. Com isso, a RMS é a melhor posicionada, dado que detém a maior renda per capita e o maior rendimento médio dos ocupados com 18 anos ou mais, mas apresenta o maior percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos (43,22%).

Com relação aos núcleos metropolitanos/capitais, a população residente em Recife possui os melhores rendimentos, mas figura com o maior percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos. Salvador encontra-se em posição mediana e Fortaleza ou a sua população está em pior situação econômica.

A questão a saber é se essas capitais por concentrarem, em geral, os maiores rendimentos entre os municípios das RMs (exceção é Salvador) são atrativas aos migrantes. Ademais, os determinantes econômicos, com destaque para a dinâmica do mercado de trabalho (emprego e desemprego), conforme apontam a literatura clássica e neoclássica permanecem influenciando no destino das migrações?

Em relação aos municípios que integram as RMs, excluindo-se a capital, o destaque no rendimento na RMF é Eusébio, Caucaia e Maracanaú. Esses resultados são justificáveis e estão relacionados com a concentração da atividade econômica, emprego e moradia nessas localidades. Eusébio faz parte do corredor industrial na

RMF, onde encontram-se indústrias do setor têxtil e calçadista, bem como condomínios para população de alto e médio poder aquisitivo (NOGUEIRA, 2011, 2013).

Em Caucaia destaca-se a presença de conjuntos habitacionais, resultante da expansão periférica da capital/Fortaleza devido à proximidade geográfica e opções de transportes coletivos, tipificando como cidade dormitório (Gonçalves, 2011), além da instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Em Maracanaú localiza-se o primeiro e mais importante distrito industrial do Ceará (Morais; Macedo; Lima Júnior, 2014), posicionando-se como um polo econômico relevante com suas 1.500 indústrias de diversos setores: têxtil, mecânica, vestuário, calçados, material elétrico, etc.

No entorno da RMR, Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Paulista se sobressaem no tocante à renda. Olinda é marcada por investimentos e ocupações/trabalho no setor de turismo, comércio e serviços; presença de conjuntos habitacionais, aproximação geográfica do Recife e disponibilidade de transporte coletivo (BITOUN, 2006), elevada pendularidade por motivo de trabalho e estudo para a capital, figurando como cidade dormitório (SILVA; QUEIROZ, 2017a), dado que as plantas industriais estão localizadas em outros municípios (ROCHA; DINIZ, 2015). Por sua vez, o crescimento de Jaboatão dos Guararapes é fruto da expansão e interiorização dos investimentos no entorno do Recife, com ênfase nos empreendimentos imobiliários (Machado et al., 2009), como acontece em Paulista.

Em relação à RMS chama atenção Lauro de Freitas que supera os valores da renda do núcleo metropolitano (Salvador), além de Camaçari. Lauro de Freitas localiza-se próximo a Salvador, conta com investimentos imobiliários e industriais, e apresenta integração com a capital baiana (GORDILHO-SOUZA, 2004). Já Camaçari se destaca economicamente pelo polo petroquímico e industrial, além de investimentos habitacionais (ALCOFORADO, 2003).

As disparidades na renda entre os municípios elevam os custos de habitação nas áreas mais prósperas e 'empurra', notadamente, as classes menos favorecidas residirem no entorno da metrópole e realizarem, em geral, suas atividades de trabalho, estudo e serviços no núcleo metropolitano (capital) (MOURA, 2010; SILVA; QUEIROZ, 2017b) ou nos municípios mais prósperos do entorno metropolitano.

Tabela 3 – Renda per capita, rendimento médio dos ocupados com 18 anos ou mais e percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos – RMF, RMR e RMS – 2010

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2010 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

RMF				RMR				RMS			
Município	Renda per capita	Rend. méd. ocup. 18 anos ou mais	Perc. da renda aprop. 10% mais ricos	Município	Rend a per capita	Rend. méd. ocup. 18 anos ou mais	Perc. da renda aprop. 10% mais ricos	Município	Renda per capita	Rend. méd. ocup. 18 anos ou mais	Perc. da renda aprop. 10% mais ricos
Aquiraz	352,6	675,7	38,8	Abreu e Lima	390,4	738,4	33,9	Camaçari	553,2	979,7	42,8
Cascavel	309,1	557,1	36,76	Araçoiaba	236,1	575,0	32,1	Candeias	462,6	881,6	36,9
Caucaia	379,6	738,4	37,12	Cabo S. Ag	467,1	832,1	43,0	Dias D'Ávila	460,6	950,6	37,0
Chorozinho	277,4	504,1	39,37	Camaragi be	473,8	852,5	41,1	Itaparica	477,0	721,0	53,7
Eusébio	623,0	1.132,8	59,23	Igarassu	384,1	776,7	37,4	Lauro de Freitas	1.031,8	1.705,5	51,9
Fortaleza	846,4	1.356,2	51,61	Ilha de Itamarac	394,9	611,3	48,6	Madre de Deus	517,7	1.059,0	40,1
Guaiúba	239,7	447,3	32,35	Ipojuca	362,7	797,3	39,2	Mata de S. João	451,9	841,3	45,5
Horizonte	322,8	631,8	30,84	Itapissuma	312,5	657,7	45,6	Pojuca	443,8	893,3	36,9
Itaitinga	300,2	591,6	35,41	Jaboatão dos Gua	593,9	1077,6	47,8	Salvador	973,0	1.495,0	52,1
Maracanaú	372,9	715,4	32,67	Moreno	356,7	691,1	42,9	São Francisco	433,2	802,7	40,4
Maranguape	307,8	595,4	32,86	Olinda	640,1	1.086,9	43,2	São Seb. Passé	411,8	765,7	41,1
Pacajus	354,8	659,9	36,16	Paulista	528,0	945,2	37,5	Simões Filho	432,0	826,1	38,6
Pacatuba	344,6	658,1	34,53	Recife	1.144,3	1.754,4	56,8	Vera Cruz	408,6	607,7	44,9
Pindoretama	297,0	514,6	33,07	São L. da Mata	364,4	721,8	38,8				
São Gonç. Amar.	309,1	599,6	38,14								
Total RMF	375,8	691,9	37,93	Total RMR	474,9	865,6	42,0	Total RMS	542,9	963,8	43,2

Sidrim e Queiroz (2016) comprovam tal afirmação para a RMF, a partir da migração intrametropolitana. As autoras constatarem que devido o encarecimento do preço dos imóveis em Fortaleza, a capital cearense perde migrantes intrametropolitanos para o entorno, especialmente Caucaia e Maracanaú. Sendo assim, a sinergia entre migração e mobilidade pendular se configura em uma importante dinâmica da mobilidade interna nas regiões metropolitanas no período recente. Ou seja, a mobilidade pendular atua como mecanismo complementar aos fluxos migratórios locais/regionais e se configuram como uma estratégia de intensificação ou acomodação da mobilidade em um sentido mais amplo (MARANDOLA JR; OJIMA, 2014; SIDRIM, 2018).

4. Resultados e discussão

4.1 Migrações interestaduais do e para as metrópoles do Nordeste

No tocante à migração interestadual do e para as metrópoles regionais do Nordeste, entre 1995/2000 fica evidente que a RMR é a mais movimentada, dado que apresenta maior migração bruta (140.990). Em outras palavras, por essa metrópole há maior entrada e saída de pessoas. Por sua vez, a RMF é a segunda em termos de movimentação (123.461) e a RMS se posiciona em terceiro posto, dado que entra e sai menos migrante (108.237).

O estudo de Silva (2016) sobre mobilidade pendular por motivo de estudo e trabalho ratifica as informações acima, ao mostrar que cotidianamente circulam mais pessoas na RMR, que supera em três vezes o volume da RMF e RMS. Por sua vez, a metrópole cearense se destaca em relação à RMS, que recebe menos pessoas quando comparado às outras áreas metropolitanas, confirmando que a mesma tem menos relação com os municípios do seu entorno ou os mesmos têm menos dependência.

Contudo, esse resultado apresenta uma nuance, isto porque, apesar da RMR ser a mais movimentada, o núcleo metropolitano (Recife) é responsável por 61,88% do fluxo de migrantes da RMR, enquanto Salvador (82,88%) e especialmente Fortaleza (86,14%) são mais polarizadas. Ou seja, é por onde passam quase todos os migrantes que chegam e partem para outros estados do Brasil. Isso significa que a RMR distribui os migrantes não somente com Recife (núcleo metropolitano), mas com os municípios no entorno, notadamente Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista.

Com relação ao saldo migratório, entre 1995/2000, somente a RMF figura como atrativa, já que a RMS e notadamente a RMR são negativos. Portanto, a metrópole mais movimentada (RMR) é a que perde mais migrante e a metrópole com os menores rendimentos (RMF) é a mais atrativa. Esse resultado, em parte, mostra que na atualidade, e no caso das metrópoles em estudo, não é somente o motivo econômico que explicam as migrações ou atratividade de uma área, conforme postula os teóricos clássico e neoclássico das migrações.

Ademais, o saldo positivo da RMF é puxado por Fortaleza (9.232) e, por outro lado, o saldo negativo da RMR e RMS é devido a Recife (-28.456) e Salvador (-19.199) que, sozinhas, suplantam as perdas de suas metrópoles. Isso mostra que Recife, a capital com os melhores indicadores na renda (Tabela 3), apresenta também as maiores perdas migratórias dentre as capitais metropolitanas em estudo. Nesse sentido, não se constata uma relação direta entre rendimento e atração migratória

interestadual/longa distância. Resultado possivelmente por Recife ser a menos extensa entre as capitais em estudo, induzindo para que o preço dos imóveis seja elevado, perdendo migrantes para os municípios do entorno, especialmente Jaboatão dos Guararapes e Paulista (Tabela 4).

Ademais, fatores como qualidade de vida e acesso aos meios de transporte público ou particular fazem com que os imigrantes residam em municípios relativamente prósperos e localizados próximos da metrópole/capital, como é o caso da atratividade migratória do entorno da RMF e RMR (Tabela 4, na página seguinte).

Durante o interregno 2005/2010, constatam-se mudanças a partir do arrefecimento na migração interestadual do e para as RMs (Tabela 5), tendência observada para o Brasil³. A migração bruta e/ou entrada e saída de migrantes mostra que a RMF e RMR arrefecem a intensidade de sua corrente e contracorrente migratória, ao passo que a RMS aumentou o fluxo. Entretanto, a metrópole pernambucana (RMR) permanece como a mais movimentada e Recife (62,58%) continua como o núcleo metropolitano por onde entram e saem menos pessoas, ao dividir essa função notadamente com Jaboatão dos Guararapes (11,99%).

Outra alteração é que todas as metrópoles passam a figurar com saldo negativo, especialmente a RMS, com as maiores perdas para as Unidades da Federação do Brasil, seguido de perto pela RMR e de longe pela RMF que inverteu a atratividade (Tabela 5). Vale frisar que as perdas dessas metrópoles foram puxadas novamente pelo núcleo metropolitano, isto porque, Fortaleza detém quase o dobro (-11.440) do saldo negativo da RMF (-6.770), Maranguape tem saldo negativo pequeno (-33), e os demais municípios são atrativos, com destaque para Caucaia (1.855) e Maracanaú (757). Com isso, dos quinze municípios da RMF, somente dois tiveram saldo negativo, revelando atratividade do entorno metropolitano.

A dinâmica das demais metrópoles foi diferente, dentre os quatorze municípios da RMR, oito tiveram saldo negativo. As perdas dessa área metropolitana (-23.016) foi devido Olinda (-2.697) e notadamente Recife (-28.059). Por outro lado, Jaboatão (4.312) e Cabo de Santo Agostinho (2.686) se destacam em atratividade. A RMS (-24.728) tem resultado parecido, já que dos treze municípios, sete figuram com saldo negativo, puxado especialmente por Salvador (-24.289) e Pojuca (-5.962). Em contrapartida, Camaçari (2.654) e Lauro de Freitas (2.499) são atrativos e arrefecem as perdas da metrópole baiana.

³ É possível que esse resultado seja reflexo da desaceleração nas migrações internas que passou de 5.196.076 milhões de pessoas para 4.643.754 milhões, entre 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente (QUEIROZ, 2013).

Tabela 4 - Migração Interestadual (Imigrante, Emigrante, Saldo Migratório e Migração Bruta) – RMF, RMR e RMS – 1995/2000

Municípios da RMF	Imigr.	Emigr.	Saldo	Migração bruta	Municípios da RMR	Imigr.	Emigr.	Saldo	Migração bruta	Municípios da RMS	Imigr.	Emigr.	Saldo	Migração bruta
Aquiraz	654	262	392	916	Abreu Lim	1.393	1.490	-97	2.883	Camaçari	3.786	2.324	1.462	6.110
Cascavel	546	479	67	1.025	Araçoiaba	168	160	8	328	Candeias	627	869	-242	1.496
Caucaia	3.742	557	3.185	4.299	Cabo S. Ag.	1.544	1.517	27	3.061	Dias D.Vila	926	752	174	1.678
Chorozinho	219	167	52	386	Camargibe	1.568	962	606	2.530	Itapirica	129	245	-116	374
Eusébio	281	15	266	296	Igarassu	845	1.163	-318	2.008	Lauro de Freit	2.903	639	2.264	3.542
Fortaleza	57.791	48.559	9.232	106.350	Ilha de Ita.	406	83	323	489	Madre de Deus	195	103	92	298
Guaiuba	37	41	-4	78	Ipojuca	971	665	306	1.636	Mata S. João	172	365	-193	537
Horizonte	706	58	648	764	Itapissuma	192	278	-86	470	Pojuca	304	464	-160	768
Itaitinga	429	207	222	636	Jab. Guar.	11.685	6.326	5.359	18.011	Salvador	35.253	54.452	-19.199	89.705
Maracanaú	3.251	1.150	2.101	4.401	Moreno	714	394	320	1.108	São Fr. Cond	112	140	-28	252
Maranguape	814	558	256	1.372	Olinda	5.658	6.881	-1.223	12.539	São S. Passé	274	477	-203	751
Pacajus	1.028	273	755	1.301	Paulista	3.894	2.394	1.500	6.288	Simões Filho	1.620	642	978	2.262
Pacatuba	687	156	531	843	Recife	29.394	57.850	-28.456	87.244	Vera Cruz	309	156	153	465
Pindoretama	118	49	69	167	São L. Mata	811	1.581	-770	2.392					0
São G. Amar.	435	192	243	627				0	0					0
Total RMF	70.738	52.723	18.015	123.461	Total RMR	59.243	81.747	-22.504	140.990	Total RMS	46.610	61.627	-15.017	108.237

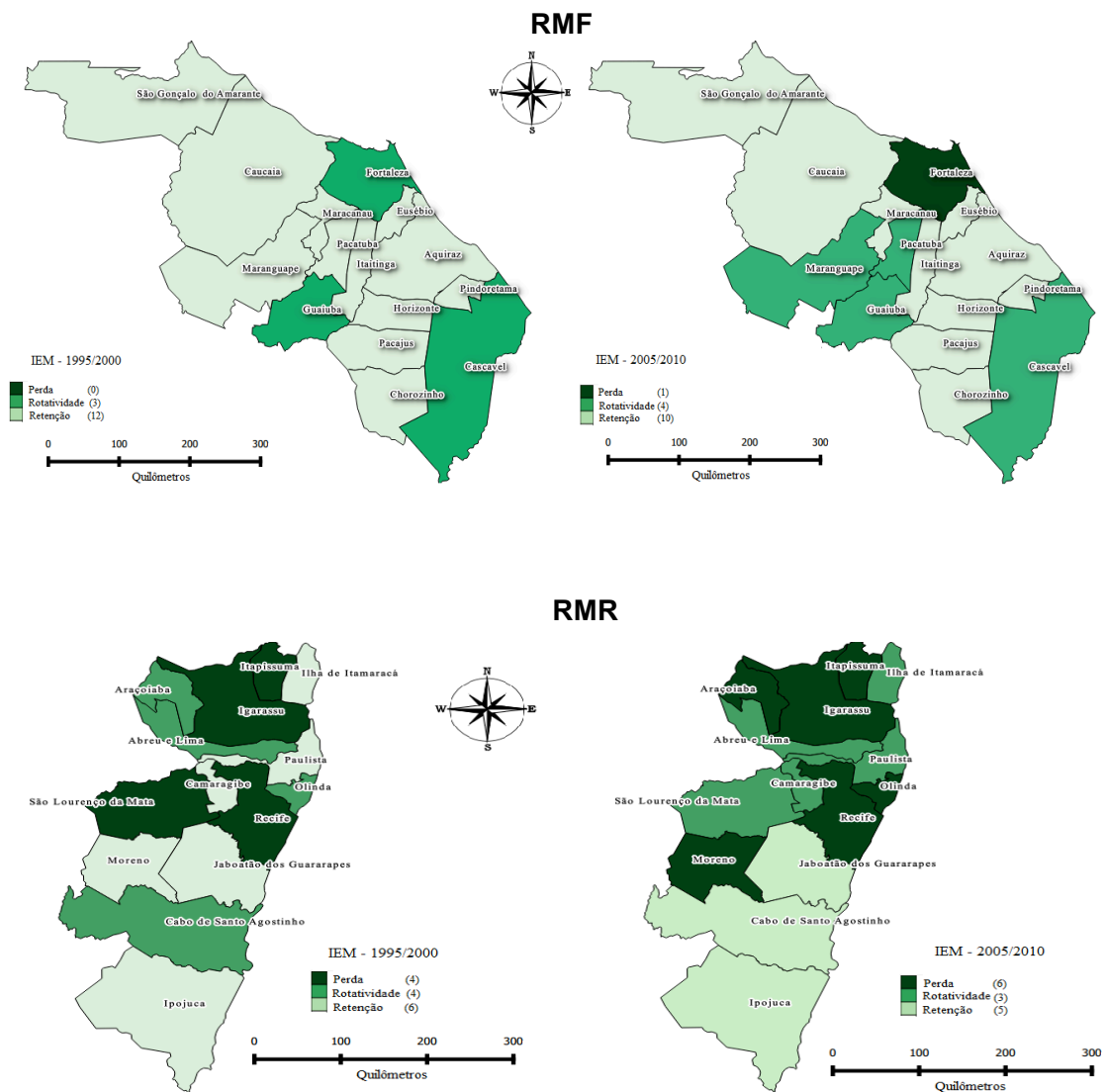
Tabela 5 - Migração Interestadual (Imigrante, Emigrante, Saldo Migratório e Migração Bruta) – RMF, RMR e RMS – 2005/2010

Municípios da RMF	Imigr.	Emigr.	Saldo	Migração bruta	Municípios da RMR	Imigr.	Emigr.	Saldo	Migração bruta	Municípios da RMS	Imigr.	Emigr.	Saldo	Migração bruta
Aquiraz	484	286	198	770	Abreu Lim	891	948	-57	1.839	Camaçari	6.413	3.759	2.654	10.172
Cascavel	295	279	16	574	Araçoiaba	116	196	-80	312	Candeias	848	1.371	-523	2.219
Caucaia	2.665	810	1.855	3.475	Cabo S. Ag.	4.498	1.812	2.686	6.310	Dias D'vila	1.749	930	819	2.679
Chorozinho	121	62	59	183	Camargibe	871	929	-58	1.800	Itaparica	140	481	-341	621
Eusébio	564	32	532	596	Igarassu	1.013	1.367	-354	2.380	Lauro de Freit	3.934	1.435	2.499	5.369
Fortaleza	35.411	46.851	-11.440	82.262	Ilha de Ita.	185	203	-18	388	Madre de Deus	435	163	272	598
Guaiuba	47	40	7	87	Ipojuca	1.660	536	1.124	2.196	Mata S. João	282	488	-206	770
Horizonte	729	166	563	895	Itapissuma	96	232	-136	328	Pojuca	436	6.398	-5.962	6.834
Itaitinga	241	134	107	375	Jab. Guar.	9.638	5.326	4.312	14.964	Salvador	28.417	52.706	-24.289	81.123
Maracanau	1.732	975	757	2.707	Moreno	244	393	-149	637	São Fr. Cond	97	478	-381	575
Maranguape	407	440	-33	847	Olinda	3.042	5.739	-2.697	8.781	São Seb. Passé	327	756	-429	1.083
Pacajus	536	297	239	833	Paulista	2.969	2.515	454	5.484	Simões Filho	1.832	728	1104	2.560
Pacatuba	112	93	19	205	Recife	25.008	53.067	-28.059	78.075	Vera Cruz	249	193	56	442
Pindoretama	90	31	59	121	São L Mata	643	628	15	1.271					0
São G. Amar	532	242	290	774					0					0
Total RMF	43.966	50.736	-6.770	94.702	Total RMR	50.874	73.890	-23.016	124.764	Total RMS	45.159	69.887	-24.728	115.046

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2010 – IBGE

4.2 Balanço da migração: RMF, RMR e RMS

Outra maneira de comparar as migrações interestaduais entre as RMs em estudo é através do Índice de Eficácia Migratória (IEM), que classifica as metrópoles e os municípios em área de perda, rotatividade ou retenção de população. O uso desse indicador permite, de modo sintético, classificar os municípios de forma a compará-los de acordo com a sua capacidade de absorver, repelir ou circular a população migrante. Dessa maneira, consegue-se visualizar (com ajuda dos mapas temáticos) a distribuição dos municípios de atração/repulsão dentro do território e perceber os eixos de orientação tanto da expansão urbana como das tendências migratórias.



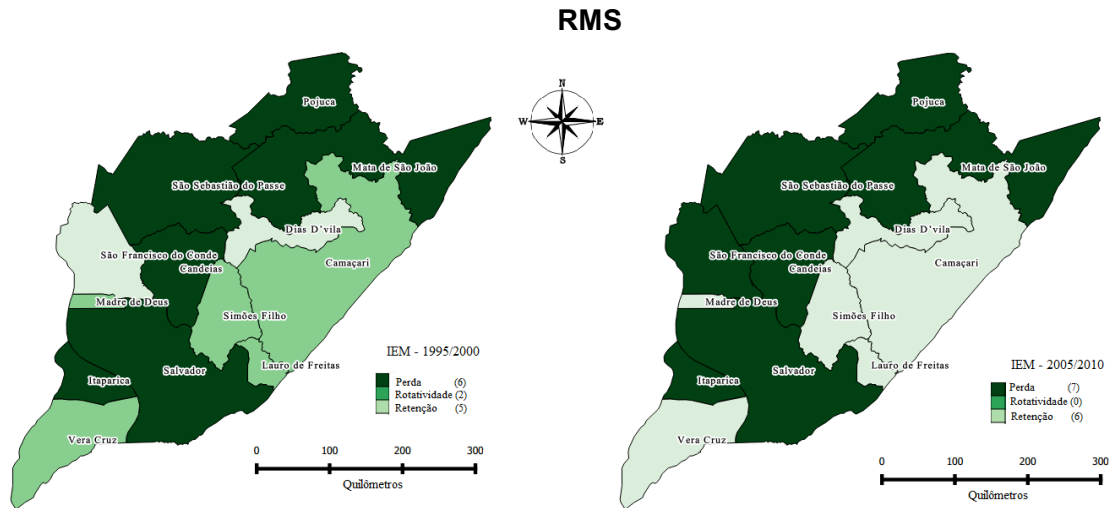


Figura 3 - Municípios de atração, perda e rotatividade migratória em relação as Unidades da Federação do Brasil - RMF, RMR e RMS – 1995/2000 e 2005/2010

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 e Malha Municipal Digital do Brasil (IBGE, 2010).

A análise mais detalhada mostra que no período 1995/2000, entre as metrópoles analisadas, somente a RMF tipifica-se como área de retenção, enquanto a RMS e a RMR são áreas de perda (Figura 3). A análise em nível municipal revela que na RMF três municípios figuram como área de rotatividade (inclusive o núcleo metropolitano Fortaleza), doze de retenção e nenhum na situação de perda. Por sua vez, na RMR quatro municípios são de perda (contando com Recife), quatro de rotatividade e seis de retenção. A RMS apresenta dois municípios como área de rotatividade, cinco de retenção e seis de perda (Salvador integra esse grupo).

No período 2005/2010, mais uma vez fica evidente que a RMF é a mais atrativa, mesmo deixando de tipificar como área de atração e passar para área de rotatividade migratória, dado que a RMR e a RMS permanecem como locais de perdas. Em nível municipal, na RMF somente o núcleo metropolitano (Fortaleza) é área de perda, enquanto no entorno quatro municípios são de rotatividade e dez de retenção. Por outro lado, na RMR sete são de perda, quatro de rotatividade e somente três de retenção. Com dinâmica diferente, na RMS não existe área de rotatividade, mas de perda migratória (sete municípios) e de retenção (seis municípios).

Levando em consideração que as três metrópoles têm quantidades diferentes de municípios: RMF (15), RMR (14) e RMS (13), o Gráfico 1 relativiza os resultados em relação a quantidade de municípios. Com isso, o balanço migratório nas metrópoles regionais do Nordeste e nos seus municípios aponta para três grandes tendências entre 1995/2000 e 2005/2010: i) aumento no número de municípios com saldo migratório negativo, com destaque para a RMS e RMR; ii) baixa temporalidade das migrações ou constantes idas e vindas, dado o aumento de áreas de rotatividade,

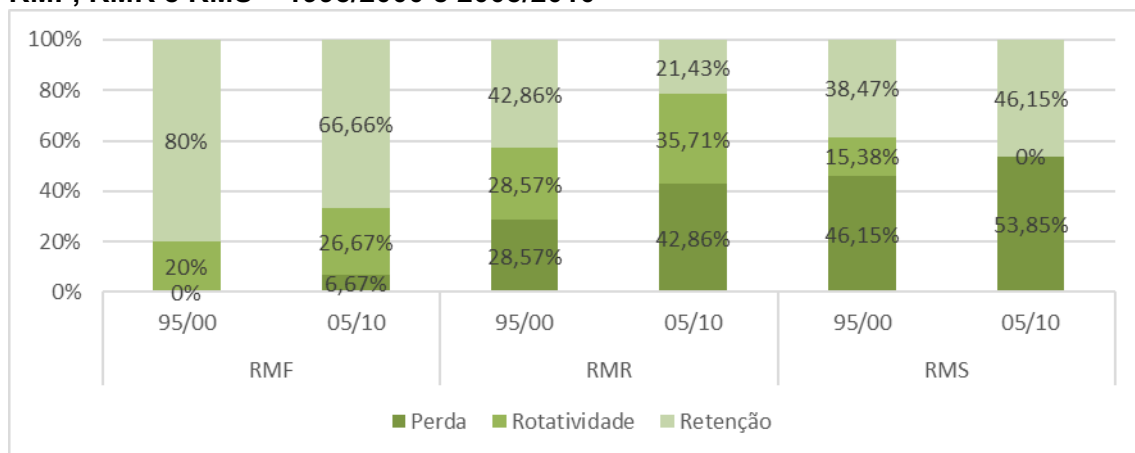
com exceção da RMS; iii) e como resultado dessas tendências, diminui a capacidade de retenção migratória, notadamente dos municípios da RMR.

Em outras palavras, o balanço migratório revela que todas as metrópoles em estudo são áreas de perdas, mas a magnitude do saldo negativo é diferente (Tabelas 4 e 5), sendo perceptíveis as especificidades. Isto porque, os municípios da RMF, em sua maioria, são áreas de atração/retenção, enquanto a RMS e RMR são notadamente de perda.

Outra questão é que a RM com os piores indicadores socioeconômicos (Tabela 3), mas apresenta a menor taxa de desemprego (Tabela 2), é a mais atrativa de migrantes (RMF), e as metrópoles com os melhores indicadores econômicos e maior taxa de desocupação, são as grandes perdedoras de migrantes, não apontando para a clássica relação migração-renda, migração-crescimento econômico, mas confirma a relação migração-emprego.

Diante disso, confirma-se a necessidade de novos aportes teóricos para explicar os elementos que têm influenciado ou justificam a dinâmica migratória interestadual das metrópoles regionais do Nordeste. Um dos elementos analisados aqui neste trabalho pode estar associado à complementaridade pendularidade-migração, haja vista a maior viabilidade da mobilidade intraurbana e metropolitana ocorrida nos anos recentes. De fato, já se encontram evidências de que a mobilidade pendular não é mais um fenômeno exclusivamente metropolitano e também se constitui mecanismo de dinamização dos fluxos populacionais em regiões do interior nordestino, incluindo aí uma consequência do processo de interiorização do ensino superior (JUSTIN, 2018; FUSCO; OJIMA, 2017).

Gráfico 1 – Balanço das áreas de atração, perda e rotatividade migratória (%) - RMF, RMR e RMS – 1995/2000 e 2005/2010



Fonte: Microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 – IBGE.

5. Conclusões

Os resultados mostram mais diferenças do que semelhanças entre as metrópoles regionais do Nordeste brasileiro, além de especificidades. Estamos diante de velhas e novas configurações, entre o local, o regional e o global, sendo necessário reavaliar alguns paradigmas a partir da incorporação da dimensão política (Brito, 2009), sociologia contemporânea (BAENINGER, 2005) e geografia regional e urbana na explicação das migrações internas.

Sem dúvida, novos elementos (programas de transferência de renda, preços dos imóveis nos grandes centros urbanos, violência, custo de vida nas grandes metrópoles, pressão nos serviços públicos, reconfiguração dos equipamentos de serviços públicos, entre outros) e velhos elementos (fatores macrossociais, micro sociais - trajetórias pessoais - e institucionais) influenciam na atração e repulsão de migrantes. Assim, somente questões de ordem econômica ou macrossociais não perduram como os únicos determinantes das migrações interestaduais do e para os municípios das metrópoles regionais do Nordeste.

Portanto, o balanço da migração do e para a RMF, RMR e RMS não comprovam o pressuposto sobre as clássicas relações: crescimento econômico-atratividade migratória e entre renda-atração de migrantes, mas ratifica a atração migratória em função da oportunidade de trabalho ou menor taxa de desemprego. Recife, em geral, apresenta os melhores resultados quanto aos aspectos socioeconômicos, faz parte da RM mais movimentada do Nordeste, por onde circulam mais migrantes, mas não consegue mantê-los, dado que detém a segunda maior taxa de desemprego, se destacando como a capital com maior saldo negativo. Por outro lado, a RMF que tipifica com os indicadores socioeconômicos menos expressivos, mas possui a menor taxa de desocupação, sendo a metrópole e municípios do seu entorno com as menores perdas de migrantes.

Com isso, concluímos que para as áreas metropolitanas em estudo, a abordagem teórica clássica e neoclássica, que foca nos aspectos crescimento econômico/renda, não parecem explicar mais integralmente as causas dos movimentos migratórios interestaduais. No entanto, a análise para o conjunto do país e demais metrópoles deve revelar particularidades e resultados distintos dos encontrados nesse estudo. Mesmo que os dados se reportem a movimentos ocorridos no passado, considera-se que há ainda muitos elementos a serem desenvolvidos e melhor compreendidos nos processos sociais e econômicos que permeiam suas questões migratórias.

Referências

ALCOFORADO, F. A. G. *Os Condicionantes do Desenvolvimento do Estado da Bahia*, 2003. f. 334, Tese (Doutorado em Economia), Universidade de Barcelona, 2003. Disponível em: < <http://www.tdx.cat/handle/10803/1944>>, acesso em: 22 de junho de 2018.

ARAÚJO, A. M. M.; CARLEIAL, A. N. O processo de metropolização em Fortaleza: uma interpretação pela migração. *Revista Geocrítica*. Barcelona, Espanha, 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-73.htm>>. Acesso em: 15.06.2018.

AZZONI, C. R. *Indústria e Reversão de Polarização no Brasil*. São Paulo, IPE/USP, 1986.

BAENINGER, R. *Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes. Brasil, 1980-1996*. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 1999.

_____. *São Paulo e suas Migrações no final do Século 20*. São Paulo em Perspectiva (Impresso), São Paulo, SP., v. 19, n.3, 2005.

_____. Migração, migrações. *Ideias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. UNICAMP/SP. v. 1, n. 2, 2011. p. 31-41.

_____. *Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global*. In: Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 2012.

BITOUN, J. Estatuto da Cidade e Planos Diretores: Possibilidades para a Melhora das Cidades e Importância da Mobilização da Cidadania Local. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Lívia; SOUZA, Maria Ângela A. (Org.). *Cadernos Observatório PE. Recife*, v. p. 1-128, 2006.

BRITO, F. *Minas e o Nordeste, perspectivas migratórias dos dois grandes reservatórios de força de trabalho*. II Encontro Nacional de Migração, ABEP/GT de Migração, 1999.

_____. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios recentes*. In: VI Encontro Nacional sobre Migrações, 2009, Belo Horizonte. Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações. Campinas: ABEP, 2009. v. 1.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. A. Cenários da migração no Brasil dos anos 90. *Caderno CRH, Salvador*, Centro de Recursos Humanos da UFBA, v. 18, n. 43, p. 87-101, Jan./Abr. 2005.

DA MATA, D; OLIVEIRA, C. W. A.; PIN, C.; RESENDE, G. Migração, qualificação e desempenho das cidades brasileiras. In: CARVALHO, AX et. al. *Dinâmica dos Municípios*. IPEA. [S.l: s.n.], 2007. p. 289–322.

FUSCO, W.; OJIMA, R. Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização. In: OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. (Org.). *Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente*. 1ed.: Editora Edgard Blücher, 2015, v. 1, p. 11-26.

_____. Educação e desenvolvimento regional: os efeitos indiretos da política de descentralização do ensino superior e a mobilidade pendular no estado de Pernambuco. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 13, p. 247-263, 2017.

_____. *A interiorização do ensino superior em Pernambuco e seus efeitos na mobilidade pendular*. In: IX Encontro Nacional sobre Migrações, 2016, Campinas. Anais do IX Encontro Nacional sobre Migrações. São Paulo: Editora Edgard Blücher. p. 81.

GORDILHO-SOUZA, A. M. *Da idealização do subúrbio à construção da periferia - Estudo da expansão suburbana no século XX, em Salvador-BA*. In: VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2004, Niteroi, 2004. Disponível em: <unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/963/938>, acesso em: 05 de agosto de 2018.

GONÇALVES, E. T. *Região metropolitana de Fortaleza: o município de Caucaia na dinâmica de integração e mobilidade intrametropolitana, Caminhos de Geografia Uberlândia* v. 12, n. 40, p. 144 – 154 dez/2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/.../9226> Acesso em: 29 de junho de 2018.

IBGE. Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. In: OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (org.) *Estudos e análises informação demográfica e socioeconômica*, nº 1. Rio de Janeiro, 2011.

JUSTINO, T. S. *O efeito da expansão da educação superior na pendularidade no Nordeste Brasileiro em 2000 e 2010*. 2018. Dissertação (Mestrado em DEMOGRAFIA) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

LIMA, J. P. R.; SICSÚ, A. B.; PADILHA, M. F. F. G. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, nº 4, out-dez. 2007.

MACHADO, T. A; ANDRADE, J. G. N; PONTES, E. T. M; NOVA, F. V. P. V. *O Espaço de Fluxos e Novas Materialidades: O Porto de Suape PE*. 2009. Disponível em:<<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/228.pdf>>, acesso em: 22 de junho de 2018.

MARANDOLA JR., E.; OJIMA, R. Pendularidade e vulnerabilidade na Região Metropolitana de Campinas: repercussões na estrutura e no habitar urbano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 16, p. 185-204, 2014.

MATOS, R. E. S. A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.19, n.1, p.49-72, 2002.

MORAIS, J. M. L; MACEDO, F. C; LIMA JUNIOR, F O. Regiões Metropolitanas do Ceará: Dispersão Produtiva e concentração de Serviços, *Revista Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 4, n. 2, p. 178-203, jul./dez. 2014.

MOREIRA, I. T. Dependência econômica regional e mobilidade inter-regional do trabalho: o caso do Nordeste. In: *Revista Econômica do Nordeste – REN*, Fortaleza, v.18, n.3, p.405-425, jul./set. 1987.

MOURA, R. Movimento pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho, *Cad. Metrop. São Paulo*, v. 12, n. 23, pp. 43-64, jan/jun 2010.

NOGUEIRA, C. M. L. *Expansão metropolitana e dinâmica imobiliária: o município de Eusébio no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)*, Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7775/1/2011_dis_cmlnogueira.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2010.

_____. *Expansão Metropolitana Contemporânea: A Região Metropolitana de Fortaleza no início do século XXI*. XIII SIMPURB, UERJ, Rio de Janeiro, 18 a 22 de novembro de 2013.

OJIMA, R. Urbanização, Dinâmica Migratória e Sustentabilidade no Semiárido Nordeste: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental. *Cadernos Metrópole (PUCSP)*, v. 15, p. 35-54, 2013.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. *Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: Migrações, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*. Campinas: UNICAMP/IE, 1997, p.25-52.

PEREIRA, A. J. S.; QUEIROZ, S. N. de. *Migração intraestadual cearense: fluxos RMF-Interior e Interior-RMF*. In: V Simpósio Internacional Padre Cícero: Reconciliação... E agora?, 2017, Juazeiro do Norte-CE.

QUEIROZ, S. N. de. *Migrações, Retorno e Seletividade no Mercado de Trabalho Cearense*. Tese de Doutorado em Demografia - Universidade Federal de Campinas, 2013.

RAVENSTEIN, E.G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coordenador). *Migrações internas: textos selecionados*. Fortaleza: BNB, 1980, Tomo 1, p. 19-88.

ROCHA, D. M; DINIZ, F. R. Arenas de decisão, arranjos institucionais e reconfiguração sócio espacial ao sul da metrópole do Recife: o polo Suape no cerne das políticas de desenvolvimento de Pernambuco, Recife: transformações na ordem urbana / organização Maria Ângela de Almeida Souza, Jan Biton ; coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 459-501, 2015.

SIDRIM, R.M.S. *Pendularidade e inserção ocupacional nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador: evidências segundo a condição de migração*. 2018. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SIDRIM, R. M. S.; QUEIROZ, S. N. de. *Fluxos migratórios intrametropolitanos: o caso da região metropolitana de Fortaleza - 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010*. In: IX Encontro Nacional sobre Migrações, 2016, Campinas. Anais do IX Encontro Nacional sobre Migrações. São Paulo: Editora Edgard Blücher. p. 61-80.

SILVA, J. G. da. *Mobilidade pendular nas Regiões Metropolitanas do Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador)*, f. 94. (Monografia em Economia), Universidade Regional do Cariri, 2016.

_____; QUEIROZ, S. N. de. Cenário da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Salvador (RMS). *REVISTA DESENBAHIA*, v. 14, p. 7-28, 2017b.

_____. *Mobilidade pendular na Região Metropolitana de Recife (RMR)*. In: *Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional*, 2017, São Paulo. XVII ENANPUR, 2017a.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

SJAASTAD, L. A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). *Migrações internas: textos selecionados*. Fortaleza: BNB, 1980, Tomo 1, p. 115-143.